

A retórica da intransigência brasileira

Mídia e política no primeiro governo de Lula

The Brazilian rhetoric of intransigence

Media and politics in the first Lula's government

*Daiane Boelhouwer Menezes**

Resumo: Neste artigo procuram-se as três teses propostas por Albert Hirschman – ameaça, perversidade e futilidade –, em “Retórica da intransigência”, no discurso das lideranças da Câmara dos Deputados dos dois principais partidos de oposição (PSDB e PFL) e no discurso da mídia, representada aqui pela revista *Veja*, durante o primeiro governo Lula. Em relação à tese predominante nos dois tipos de discursos, oposição e mídia utilizam os mesmos argumentos relativos à ameaça que 1) os meios de comunicação estariam sofrendo com o caso da expulsão do correspondente do *New York Times*, o Conselho Federal de Jornalismo e a Ancinav e 2) a propriedade privada e a democracia estariam sofrendo com o MST, movimento social que receberia financiamento do governo e contaria com sua simpatia. Por vezes, citam o discurso do outro como fonte. Quanto às teses menos significativas, relativas aos programas sociais do governo (Fome Zero, Bolsa Família, política de cotas), no entanto, utilizam argumentos diferentes, já que se a mídia assumisse o discurso da oposição deixaria de simplesmente fazer oposição ao governo Lula para se tornar realmente partidária, e a oposição se assumisse o discurso da mídia deixaria de defender as conquistas anteriores do governo dos seus partidos.

Palavras-chave: Comunicação; Política; Discurso; Partidos; Mídia

Abstract: This article attempts to the three theses proposed by Albert Hirschman – threat, perversity and futility –, in “Rhetoric of intransigence”, in the speech of the leaders of the Chamber of Deputies of the two main opposition parties (PSDB and PFL) and the discourse of media, represented here by the magazine *Veja*, during the first Lula government. Regarding the predominant thesis in the two types of speech, opposition and media use the same arguments concerning the threat that 1) the media are suffering with the case of expulsion from the *New York Times* correspondent, the Federal Council of Journalism and Ancinav and 2) private property and democracy would suffer with the MST, social movement that receive funding from the government and count on your sympathy. Sometimes, the speech of one is used as source of the other. As for the thesis less significant, on the social programs of government (Fome Zero, Bolsa Família, policy of quotas), however, different arguments are used, because if the media take the discourse of the opposition, it would really become another party, and if opposition take the speech of the media, it would no longer defend the achievements of the previous government of their parties.

Key words: Communication; Politics; Speech; Parties; Media

* Mestre em Ciência Sociais pela Pucrs, Porto Alegre, Brasil. <daianebm@ig.com.br>

<i>Civitas</i>	Porto Alegre	v. 8	n. 2	p. 342-358	maio-ago. 2008
----------------	--------------	------	------	------------	----------------

A retórica da intransigência

Este artigo propõe-se a realizar uma análise do discurso da oposição e da mídia durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006). A pesquisa busca saber quais das três teses de Albert Hirschman – ameaça, perversidade e futilidade –, propostas em “Retórica da intransigência”, foram mais utilizadas pelas lideranças da Câmara dos Deputados dos dois principais partidos de oposição (PSDB e PFL, atual Democratas – DEM) e pelos meios de comunicação de massa, através da análise da revista *Veja*, semanário nacional com maior circulação, para posterior comparação dos discursos.

Hirschman identificou três tipos de retóricas conservadoras que foram utilizados ao longo da história: a tese da *perversidade*, que sustenta que ações para melhorar a ordem econômica, social ou política só servem para “exacerbar a situação que se deseja remediar” (Hirschman, 1992, p. 14), a tese da *futilidade*, que defende que as mudanças são sempre ilusórias, “pois as estruturas ‘profundas’ da sociedade permanecerão intactas” (*Ibidem*, p. 43), e a tese da *ameaça*, argumenta que o custo da determinada reforma é muito alto, porque “coloca em perigo outra preciosa realização anterior” (*Ibidem*, p. 15).

A Revolução Francesa ilustra a tese da *perversidade*, quando os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade “transformaram-se na ditadura do Comitê da Salvação Pública” (Hirschman, *op. cit.*, p. 19). A participação das massas na política também foi vista através desse viés. Segundo Gustave Le Bon (*apud* Hirschman, 1992, p. 28), se “o indivíduo é racional, talvez requeitado e calculista; a multidão é irracional, facilmente manejável, incapaz de pesar os prós e os contras, dada a entusiasmos impensados”. Já que eram estúpidas, as massas levariam a governos de idiotas.

No que diz respeito ao Welfare State, a perspectiva dos efeitos perversos argumenta que “qualquer política pública que tenha por meta mudar resultados do mercado, tais como preços ou salários, torna-se automaticamente uma interferência nociva em processos benéficos de equilíbrio” (Hirschman, 1992, p. 30). A disponibilidade da assistência estatal agiria “como incentivo positivo à ‘preguiça’ e à ‘depravação’”, produzindo mais pobreza “em vez de aliviá-la” (*Ibidem*, p. 31).

A tese da *futilidade* que a Revolução Francesa representou muito menos uma ruptura com o Antigo Regime do que foi normalmente considerado. Alexis de Tocqueville mostrou que

algumas das ‘conquistas’ altamente alardeadas da Revolução, da centralização administrativa à disseminação da agricultura em pequena escala feita pelo proprietário, já existiam de fato antes da sua eclosão. Até os famosos ‘Direitos do homem e do cidadão’ já haviam sido em parte instituídos pelo Antigo Regime (*Ibidem*, p. 46).

Quanto ao sufrágio universal, a tese da futilidade argumentava, segundo Gaetano Mosca, que “a regra da dominação da minoria sobre a maioria deve ser atribuída ao fato de que a primeira é organizada e a segunda é incapaz de se organizar”. Tanto ele quanto Vilfredo Pareto consideravam “inevitável uma divisão entre uma elite organizada e governante e uma massa desorganizada e, conseqüentemente, fácil de ser controlada” (Baquero, 2000, p. 83). Uma democracia, na visão de Pareto, “podia ser tão ‘espoliativa’ da massa do povo quanto qualquer outro regime”, pois “o método pelo qual a classe governante ou ‘espoliadora’ é recrutada não tem nada a ver com o fato ou o grau da própria espoliação” (Hirschman, *op. cit.*, p. 53). Ele acreditava que a história era uma repetição indefinida de uma minoria que tira o poder da minoria dominante e se ergue, então, como minoria dominante (Baquero, *op. cit.*, p. 82). Entretanto, é raro

que a luta entre os velhos chefes e os jovens termine com a vitória completa dos primeiros. Na maioria dos casos ela acaba não na substituição, mas na fusão das elites, em outras palavras, num amálgama de dois elementos. Esperando sua vez, e desde que lhes pareça interessante, as minorias rebeldes sabem dobrar-se às circunstâncias, afetar obediência à vontade da maioria, aceitar sem o menor escrúpulo as ordens do dia que implicam em sua própria condenação (Michels, 1979, p. 99).

No que diz respeito ao Brasil, Paulo Mercadante (1965) e Michel Debrun (1983) falam que é característica da direita brasileira a “conciliação”, que se trata justamente da cooptação dos setores que tentam se articular para tomar o poder e o “autoritarismo desmobilizador”, que se faz presente quando há uma tentativa de mobilização contra a situação vigente.

Com relação ao *welfare state*, a perspectiva da futilidade sustenta que as transferências de pagamento não chegam aos beneficiários a que se destinam: “os gastos públicos para fins tais como educação, habitação e seguridade social representam, se os considerarmos em conjunção com os impostos que os financiam, transferências dos pobres para a classe média” (Hirschman, 1992, p. 59).

A tese da *ameaça*, por sua vez, foi utilizada durante o século 19, quando foi proposta a expansão do sufrágio nos países em que os direitos e

as liberdades civis estavam firmemente estabelecidos. Argumentava que tais direitos e liberdades seriam perdidos em virtude do avanço da democracia, pois a extensão do direito de voto aos trabalhadores e pobres levaria “à formação de uma maioria e a um governo que expropriaria os ricos, por meios diretos ou por uma taxação espoliativa – violando assim uma liberdade básica como o direito de acumular propriedade”. Além disso, seria “provável que a tentativa de espoliar os ricos levasse a uma intervenção militar ou a um governo ditatorial, com a conseqüente morte da liberdade” (*Ibidem*, p. 83).

No caso do *welfare state*, alegou-se que era provável que ele colocasse em risco “avanços anteriores no domínio dos direitos individuais” e/ou “os métodos democráticos de governo” (*Ibidem*, p. 76). Friedrich Hayek argumentou que

(1) em geral as pessoas concordam com apenas algumas poucas tarefas comuns; (2) para ser democrático, o governo deve ser consensual; (3) o governo democrático, portanto, só é possível quando o estado limita suas atividades às poucas sobre as quais as pessoas podem concordar; (4) logo, quando o estado desejar assumir importantes funções adicionais, verá que só pode fazê-lo pela coação, e tanto a liberdade como a democracia estarão destruídas (*Ibidem*, p. 96).

No que diz respeito ao caso brasileiro, André Singer (2002) diz que há uma aversão a qualquer tipo de mudança que ocorra via desestabilização ou mobilização social. Em função disso, imaginou-se que o argumento da ameaça causada pelos movimentos sociais fosse predominante dentro da tese da ameaça. Imaginou-se também, seguindo a tentativa de Hirschman (1992, p. 117), de hierarquizar as teses, que a alegação da perversidade seria a “mais popular e efetiva”.

Mídia e política na chamada “democracia de público”

Segundo Manin, no modelo representativo parlamentar do final do século XVIII, “os candidatos vitoriosos eram pessoas que inspiravam confiança nos eleitores, em virtude de uma rede de relações locais, de sua notoriedade social”, ou seja, a relação de confiança tinha “um caráter essencialmente pessoal”. Neste caso, as eleições selecionavam “um tipo particular de elite: os *notáveis*” (Manin, 1995, p. 17). Por causa da não-submissão dos representantes à vontade dos eleitores, o Parlamento seria “um local de deliberação no sentido pleno da palavra” (*Ibidem*, p. 19).

Já na democracia de partido, que ocorreu em função da extensão do direito de voto a partir da segunda metade do século 19, os cidadãos deixaram de votar em alguém que conheciam pessoalmente e passaram a votar no candidato de um partido. As qualidades dos representantes não eram mais “o prestígio social e a notoriedade local, mas o ativismo e a capacidade de organização” (*Ibidem*, p. 20). Assim, os representantes deixaram de ser tão livres para deliberar, pois estavam “presos à disciplina partidária” e dependiam “do partido que os elegeu” (*Ibidem*, p. 21). Dentro do Parlamento, depois de determinada a posição do partido, os deputados não podiam “mudar de opinião em função dos debates”, de modo que as atividades no Parlamento apenas conferiam “um selo de validade legal a decisões tomadas em outros lugares”, na negociação dos líderes dos partidos entre eles e com “grupos de interesse, como sindicatos e associações empresárias” (*Ibidem*, p. 24).

O “fenômeno da estabilidade eleitoral”, típico da democracia de partidos, era uma prova de que as preferências partidárias eram transferidas de uma geração para a outra e que as clivagens eleitorais refletiam as divisões de classe. Aqui, até as manifestações da opinião pública eram organizadas pelo partido, através da imprensa partidária, o que fazia com que os cidadãos fossem pouco expostos a pontos de vista contrários, o que contribuía “para reforçar a estabilidade das opiniões políticas” (*Ibidem*, p. 23).

O tipo de representação vigente nos dias atuais seria a democracia de público, em que “os resultados eleitorais tendem a variar significativamente de uma eleição para a outra, ainda que se mantenham inalteradas as condições socioeconômicas e culturais dos eleitores” (*Ibidem*, p. 25). Na realidade, uma das principais conseqüências do amplo processo de modernização das estruturas sociais ocorrido a partir da metade do século 20

foi a reestruturação do sistema de classes, caracterizada pela ampliação das classes médias em função da progressiva conquista de condições de bem-estar social. Tal ampliação tornou indefinidas as fronteiras entre as diferentes classes sociais, enfraquecendo a ligação – característica do início do século – entre partidos e classes. Nesse tipo de vinculação, a identificação partidária forjava-se na defesa dos interesses e a partir da visão de mundo de uma determinada classe social. A diluição das identidades de classe trouxe também o enfraquecimento dos laços de solidariedade social, configurando percepções cada vez mais individualistas sobre a esfera pública (Dias, 2005, p. 154).

Desde então, a personalidade dos candidatos parece ser um dos fatores essenciais na explicação das variações dos resultados eleitorais. Através dos meios de comunicação, “os candidatos se comunicam diretamente com seus

eleitores”, “dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias” (Manin, 1995, p. 25-26). Eventos políticos, como comícios, debates, inaugurações, “passaram a ser planejados como *eventos para a TV*. O contato direto foi substituído pelo contato *mediado* pela *mídia* eletrônica” (Lima, 2006, p. 58, grifo do autor).

No caso brasileiro, as características históricas específicas do seu sistema midiático potencializariam o poder da mídia no processo político, pois não há restrições “efetivas à propriedade cruzada, isto é, à possibilidade de que um mesmo grupo empresarial controle jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão em um mesmo mercado” (*Ibidem*, p. 60). Assim, consolidou-se “um sistema de mídia concentrado” e “controlado por grupos familiares vinculados às elites políticas regionais e locais”. Também as características específicas da população, com seu baixo grau de escolaridade, potencializariam “o poder midiático no processo político e eleitoral” (*Ibidem*, p. 61).

Mas isso não quer dizer que os meios de comunicação consigam sempre atingir suas metas porque fora a mídia, as propagandas governamentais e dos partidos, muitos cidadãos fornecem e recebem dados políticos sob a forma de “conversas, grupos de discussão, discursos, etc”. Pesquisas empíricas indicam que “essa fonte é, provavelmente, a mais importante politicamente, mesmo em nações tecnologicamente avançadas como os Estados Unidos” (Downs, 1999, p. 241). Esse tipo de fonte, para parte da população, pode ser muito mais confiável, já que os meios de comunicação

em muitas democracias são propriedade de, ou são dominados mais por interesses de alta renda do que de baixa renda, é mais provável que os cidadãos de baixa renda recebam dados selecionados por princípios [de seleção de informação] que se chocam com os seus próprios do que os grupos de mais alta renda (*Ibidem*, p. 234).

Manin (1995, p. 7) lembra que “em determinado ponto do tempo e em um dado país, as modalidades de representação política por ele apresentadas podem coexistir e se fundir umas nas outras, mas, dependendo do tempo e do lugar, uma forma ou outra predomina”. Assim, “enquanto a personalização parece ser uma exceção e um fenômeno recente das democracias avançadas, em países como o Brasil ela sempre se constituiu em uma das regras do comportamento eleitoral” (Borba, 2005, p. 15). Os partidos políticos brasileiros passaram por tantos sobressaltos que não foi possível uma sedimentação partidária que configurasse uma democracia de partido. Além do autoritarismo desmobilizador, também a lógica da conciliação, que busca a unidade e bate de frente com a idéia de partidos, foi largamente utilizada na história do Brasil, favorecendo o personalismo. Trata-se de um discurso

popular de ampla aceitação no Brasil pós-redemocratização, que entende a democracia não como

uma competição, com regras justas, pela alocação dos recursos comuns, mas de modo mais substantivo, como responsável pelo bem-estar de ‘todos’. Trata-se de um enquadramento que privilegia o discurso personalista, salvacionista, da política nacional e que... tem grande repercussão junto ao cidadão comum (Aldé, 2001, p. 40).

Do mesmo modo, enquanto no Brasil, a identificação partidária costuma ser maior entre os eleitores de mais alta escolaridade,

o aumento considerável, nas últimas quatro décadas, do nível educacional de americanos e europeus, além da vertiginosa ampliação do acesso à informação via meios de comunicação, fizeram com que as novas gerações aumentassem sua capacidade de lidar com a complexidade das questões políticas, sem a necessidade de utilizar as identidades partidárias como “atalhos” na tomada de decisão eleitoral (Carreirão; Kinzo, 2004, p. 135).

Também ao contrário das democracias avançadas, onde uma menor participação em atividades partidárias tem sido considerada consequência natural “da resolução dos problemas na dimensão material (saúde, educação, emprego e transporte coletivo, entre outros)”, e a competição ideológica “tem dado lugar a uma competição de caráter gerencial-administrativo da coisa pública”, na América Latina, “a não resolução dos problemas sociais materiais mais imediatos tem acirrado a polarização ideológica no espectro esquerda/direita” (Baquero, 2000, p. 37).

Ou seja, apesar da tendência existente de declínio dos partidos, ela se dá de maneira diferente em cada país, não é um processo uniforme: “a perda dos laços partidários parece acontecer em fases mais do que como um processo temporal constante” (Särilvik; Crewe 1983 *apud* Schmitt; Holmberg, 1995, p. 108). Inclusive, nota-se “um modesto crescimento de partidarismo nas novas democracias do sul da Europa” (Schmitt; Holmberg, 1995, p. 109). No caso brasileiro, de 1989 até 2001, a identificação partidária com o PT entre os eleitores brasileiros, por exemplo, “aumentou quase quatro vezes em um período de 12 anos, chegando em 2001 a 21% da preferência nacional” (Albuquerque; Dias, 2002, p. 320).

A tese da ameaça, da perversidade e da futilidade no Congresso Nacional

Dos 1508 pronunciamentos das lideranças do Partido da Frente Liberal (PFL) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na Câmara

dos Deputados,¹ 871 (57,76%) foram eliminados por tratarem exclusivamente de “procedimentos”. Critério semelhante foi utilizado por Jairo Nicolau (2000), que excluiu os requerimentos por “decidirem sobre o processo de deliberação, mas não sobre a natureza das matérias votadas”.

Dos 637 pronunciamentos restantes, em 110 (17,27%) encontramos o que qualificamos de “críticas difusas”. Nestes pronunciamentos, vários assuntos são tocados sem que, no entanto, nenhum dos temas mencionados seja desenvolvido. Na categoria “outros” há 144 pronunciamentos (22,6%) sobre questões que não se encaixam nas teses de Hirschman. Em algumas dessas questões a oposição não diverge do governo, em outras diverge em questões muito pontuais. Os assuntos mais recorrentes foram questões salariais relativas aos servidores públicos, à estrutura do estado, às relações internacionais, ao setor elétrico, etc. Em 131 pronunciamentos (20,57%) encontramos o que chamaremos de discurso de desqualificação do adversário, composto por pronunciamentos que versam sobre as denúncias de corrupção e o “modo petista” de governar, que qualifica o governo como autoritário, sem projetos e inoperante, com uma base parlamentar de sustentação que não se entende, e que passou por uma grande mudança de discurso da época em que era oposição para quando virou governo. No agrupamento “o discurso comum às oposições” encontramos 196 pronunciamentos (30,77%) com um discurso, feito igualmente pela esquerda e pela direita brasileiras quando são oposição, contrário ao excesso de medidas provisórias e ao desrespeito com que o Congresso Nacional é tratado pelo Executivo, ao aumento da carga tributária, à política econômica do juro alto, à redução dos benefícios de alguns segurados da previdência, e favorável a um aumento, sempre maior do que proposto pelo governo, do salário mínimo.

Os pronunciamentos que se configuraram como retórica da intransigência foram 56 pronunciamentos (ou 8,79%). Desses, oito (1,26%) dizem respeito à tese da futilidade, 13 (2,04%) ao argumento da perversidade e 36 à tese ameaça às instituições democráticas (5,65%). Assim sendo, a tese ameaça representa 64,28% da retórica da intransigência da oposição, a dos efeitos perversos 23,21% e da futilidade 14,28%.² Desses números conclui-se que, no caso da Câmara dos Deputados, predomina a tese da ameaça e não dos efeitos perversos, como imaginava Hirschman.

¹ Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/plenario/discursos>>. Acesso em: 19/2/2007.

² O resultado dá mais do que 100% porque um pronunciamento utiliza simultaneamente o argumento da perversidade e da futilidade.

Se formos considerar o número total de pronunciamentos que foram qualificados como retórica da intransigência brasileira, 35,71% (20 pronunciamentos) dizem respeito à ameaça provida dos movimentos sociais. Ou seja, este tipo específico de ameaça seria mais representativo do que o argumento dos efeitos perversos ou da futilidade, e que a ameaça que o governo representaria à liberdade de expressão e aos meios de comunicação (17 pronunciamentos, ou 30,36%),³ confirmando a idéia de Singer (2002).

Dentro da tese da futilidade, o discurso mais recorrente diz que o Bolsa Família e o Fome Zero não são nada mais do que a unificação dos programas sociais do governo de FHC, “com roupagem nova” (Jutahy Magalhães Junior, PSDB, 26/11/2003).

Com o argumento dos efeitos perversos, o discurso mais recorrente fala que o Fome Zero é um programa com concepção errada e mal gerenciado, que “coloca fora o trabalho” que os programas sociais do governo anterior vinham fazendo. Seria uma “superestrutura burocrática” (Jutahy Magalhães Junior, PSDB, 18/3/2003): “para se pagar 50 reais a uma família gastam-se 51 reais na macrocefalia administrativa que o Governo arquitetou”, ou “gastam-se 101 reais para que 50 cheguem na ponta” (José Carlos Aleluia, PFL, 21/10/2003). Além disso, dinheiro do programa teria sido desviado (*Idem*, 25/5/2004). Comparando o Bolsa-Escola do Governo FHC com o Bolsa Família, diz que o primeiro “não era assistencialista” porque “visava obrigar a criança a se manter na escola e a família a realizar obrigações para garantir sua saúde”, já o segundo teria passado “por cima das exigências de contrapartida” (Alberto Goldman, PSDB, 22/2/2005). É dito, ainda, que o programa não tem controle de quem recebe o dinheiro (*Idem*, 8/3/2005).

Quanto às ameaças à liberdade de expressão e aos meios de comunicação, é dito que o Governo teria se inspirado “na democracia à moda chinesa e na cubanização do Brasil, propondo a expulsão do jornalista do The New York Times por ter publicado matéria que desagradava ao Presidente”. Alguns jornalistas estariam preocupados com a hipótese de ter “cassado” o direito de “exercer a profissão” (José Carlos Aleluia, PFL, 12/5/2004). É lembrado que algumas pessoas “foram expulsas do País por emitir opinião, mas no período de anormalidade democrática”. Afirma-se que “toda a imprensa mundial” estaria questionando “a solidez das instituições e da democracia no Brasil” (Custódio Mattos, PSDB, 12/5/2004). Sobre a criação de um Conselho Federal de Jornalismo para “suspender e multar

³ Um dos pronunciamentos fala igualmente da ameaça dos movimentos sociais e da ameaça à liberdade de expressão e os meios de comunicação.

jornalistas, além de impedi-los de exercer sua profissão”, a oposição diz que ele seria “inconstitucional”, pois atentava contra “a liberdade de imprensa”. Diz que se trata de uma proposição “compatível com o que foi praticado contra os meios de comunicação e cultural no regime stalinista” e nazista. A criação do Conselho teria “o propósito de amordçar a imprensa”, deixando “apenas a imprensa oficial”. O projeto pretendia “controlar e monitorar a imprensa, calar o jornalismo, impedir as denúncias e destruir o jornalismo investigativo” (José Carlos Aleluia, PFL, 11/8/2004). Fala também do projeto do Ministério da Cultura, que pretendia “controlar, supervisionar a cultura brasileira, o cinema, o audiovisual, a novela”, de forma que a novela não mais poderia “falar do que não agrada o Governo” (*Idem*, 18/8/2004). É dito que jornalistas teriam sofrido “intimidação” durante depoimento na PF em razão das reportagens sobre o “dinheiro apreendido no processo de tentativa de compra de um dossiê”. O PT não conseguiria “conviver com a crítica, com a investigação e com atitudes de liberdade”, o que estaria causando “profunda preocupação nas pessoas que acreditam no valor essencial da liberdade da democracia e no direito de a imprensa se manifestar livremente” (Jutahy Júnior, PSDB, 31/10/2006).

No que diz respeito à ameaça provinda da relação dos movimentos sociais com o Executivo, fala-se predominantemente do MST, que estaria levando “intranquilidade ao campo”. O produtor estaria parando de produzir e abandonando sua terra, pois o Governo não era “capaz de cumprir a lei e assegurar a ordem”, mostrando-se “omisso” (José Carlos Aleluia, PFL, 19/3/2003). O Inbra estaria “sob o domínio do MST”, as invasões seriam patrocinadas por Vereadores do PT, o Governo estimularia os conflitos e criaria dificuldades para “a ordem democrática e jurídica e para o estado de direito” (Jutahy Magalhães Junior, PSDB, 30/7/2003). O Presidente estaria dando “as costas ao brasileiro que quer a ordem, que quer a preservação da Constituição e do direito de propriedade”, passando a idéia de que apoiava “o descumprimento da lei e a afronta à propriedade privada” (José Carlos Aleluia, PFL, 2/7/2003). Além disso, o Ministro do Desenvolvimento Agrário teria aventado a possibilidade de modificar a MP que determinava que as áreas invadidas deixariam de ser “passíveis de reforma agrária” (Jutahy Magalhães Junior, PSDB, 2/7/2003). O Brasil não crescia também porque os investidores não estariam “confiando no Brasil”, pois o movimento era estimulado “pela participação do Governo” (José Carlos Aleluia, PFL, 23/7/2003). A oposição fala do fato de o Governo ter pagado passagens para o líder do MST ir a um evento, mesmo este promovendo “o desrespeito à lei e a agressão ao direito à propriedade privada” (*Idem*, 3/8/2004). É qualificado

de “absurdo” o financiamento do Governo para o movimento dos sem-terra (Rodrigo Maia, PFL, 5/10/2005). Sobre o episódio do MSLT no Congresso, é dito que se tratou de “um ato de vandalismo praticado por pessoas acusadas inclusive de tentativa de assassinato”, “ligadas ao PT, da Executiva Nacional do PT”. Elas teriam tido “assento nas negociações com o Presidente Lula”, ou seja, “respaldo do Governo”, e não teriam sofrido nenhuma sanção por seus “atos criminosos” (Jutahy Magalhães Junior, PSDB, 7/6/2006).

A retórica da intransigência na revista *Veja*

Optou-se por analisar as 54 revistas *Veja* que o próprio site da revista escolheu para contar a história do primeiro mandato do Governo Lula.⁴ Todas as sessões foram analisadas, desde editoriais e notícias até artigos e colunas de opinião.

Utilizando o argumento da futilidade (cinco textos ou 10,42% da retórica da intransigência dessa amostra de *Veja*), o discurso mais comum diz que o programa Fome Zero, nos primeiros meses, foi o “triumfo de um slogan sobre a realidade”: “Se havia o programa Fome Zero era porque a fome estava sendo combatida”. No segundo ano do governo, no entanto estaríamos assistindo “ao caso de uma realidade que sufoca o slogan”. (Roberto Pompeu de Toledo. Dicionário de política – período Lula – 31/10/2004). O programa teria se tornado “um símbolo à procura de uma realização” (Brasil. O marketing e a corrupção, 31/8/2005). Primeiro teria sido “criado um bordão. Depois, o programa. Como ninguém se encarregou de pensar no conteúdo, o Fome Zero morreu de inanição” (Marketing bandido, 1/2006).

O argumento da perversidade (11 textos ou 22,92%) é utilizado para falar do Bolsa Família e da política de cotas. Sobre o primeiro, há uma comparação do programa de combate à miséria indiano com o brasileiro, e é dito que “o risco desse tipo de projeto é que toda transferência direta de renda leva à acomodação” (Internacional. Megabolsa família para os pobres da Índia, 3/2006). É relatada uma conversa “com um jovem de 17 anos, morador de um dos bairros mais carentes da cidade”, sobre os programas do governo, e o jovem teria dito que não se importa de engravidar as moças porque “o governo toma conta” (Cartas. Bolsa Família. Wladimyr Moraes Farias, 10/5/2006). Outra carta diz que “somos um povo capaz de reeleger

⁴ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/governo_lula/>. Acessado em: 24/9/2007.

um presidente que investe na preguiça e na ignorância, incentivando o povo a não trabalhar, a não se educar e a contentar-se com a esmola do Bolsa Família” (*Idem*. Corrida presidencial. Luzia Cardoso Langer, 20/9/2006).

É dito que o sistema de cotas só iria “colaborar para a formação de milhares de profissionais inaptos a exercer sua profissão” (Cartas, Educação, Professor Marcel Xavier de Souza, 20/8/2003). O governo reservaria “50% das vagas nessas instituições a alunos vindos de escolas públicas, negros e indígenas”. As cotas “deixariam de fora três de cada dez jovens com nota suficiente para passar no vestibular. Em seu lugar, teriam direito a uma cadeira estudantes com avaliações quase 60% piores. O processo, portanto, levaria a uma inevitável queda no nível do ensino” (Governo. O grande salto para trás, 26/1/2005). A proposta do governo, “ao desprezar a defasagem de preparo entre cotistas e alunos regulares”, acabaria “por prejudicar os segundos”, fazendo com que “estudantes com notas até 40% mais altas do que a dos cotistas” corressem “o risco de ficar de fora” (Educação. Cota, sim, mas com mérito, 19/10/2005). A Constituição seria ferida ao tratar “brancos e negros de forma desigual”, fazendo “uma enorme contribuição para incitar o ódio racial”. O Estatuto da Igualdade Racial legalizaria a discriminação, desde que ela beneficiasse o negro, “reservando-lhe cotas do serviço público aos programas e propagandas na televisão” (Raça. Estatuto legaliza o racismo, 10/5/2006).

Em relação ao argumento da ameaça, este totaliza 66,66% da retórica da intransigência da *Veja*. Especificamente sobre a relação nociva que o governo manteria com o MST, encontramos 12 textos (ou 25%). É dito que o que poderia “atrapalhar o país” eram os “erros políticos, como os escorregões na relação do governo com o MST”. Esta inabilidade política repercutiria mal e teria “poder de fogo de espantar o investimento” (Conjuntura. A receita para tirar o Brasil do buraco, 16/7/2003). Os representantes do movimento teriam sido recebidos “pelo presidente Lula, que colocou o boné do MST”. O movimento faria coisas que “levaria outros para a cadeia”. Conclui que “nunca se viu sair bom resultado de multidões de uniforme, com bandeira ideológica e apego à ilegalidade” e que o Brasil continuava “dando força ao MST, que conseguiu mais de 5,5 milhões de reais para financiar sua marcha até Brasília” (Tales Alvarenga. A pista é o uniforme. 25/5/2005). Não haveria movimento social que pudesse “incendiar o Brasil”, já que “o mais rebelde deles, o MST” seria “um bezerro satisfeito, que mama nas tetas do estado” (Brasil. Muito barulho por nada. 29/6/2005). É dito que a Petrobras usou dinheiro de contribuintes e acionistas para “financiar a queda do estado de direito e a violação da propriedade privada” porque “publicou quatro

anúncios publicitários na revista *Sem Terra*, do MST” (Sem terra, mas com anúncio, 18/1/2006). O presidente e seu partido seriam “os tratadores dos pit bulls ideológicos que lideraram a agressão ao Congresso”, já que “o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra foram entregues a agitadores comprometidos até a medula com o MST, de cuja costela nasceu o MLST” e “o financiamento governamental a ambos os grupos radicais cresceu exponencialmente”. Além disso, “o governo simplesmente ignorou a medida provisória, com força de lei, que proíbe a desapropriação, para fins de reforma agrária, de terras invadidas”. As invasões teriam triplicado ao longo do mandato de Lula (Carta ao leitor. O boné é a carapuça, 14/6/2006). A crítica ao “ataque a Congresso” teria sido “pífia, apenas protocolar, do PT e do presidente Lula”. O MST teria representantes no Congresso, receberia verbas públicas e era recebido “pelo presidente Lula no Palácio do Planalto” (Brasil. Insulto à democracia, 14/6/2006). Bruno Maranhão, chefe do MLST, encarnaria

a ambivalência que volta e meia vem à tona entre militantes petistas. O partido está no poder. Chegou lá dentro das regras do sistema. Ele é dirigente do partido. Como tal, presume-se que deveria zelar pelo sistema. Em vez disso, trabalha para destruí-lo (Ensaio: Roberto Pompeu de Toledo e Francielli, 14/6/2006).

Em relação ao argumento da ameaça à liberdade de expressão e aos meios de comunicação (20 textos ou 41,66%), diz que depois que o jornal *The New York Times* tornou público que o consumo de bebida alcoólica pelo presidente virara “preocupação nacional”, o governo “anunciou a decisão de expulsar do país o autor da reportagem”, numa reação “autoritária e exagerada”. Por causa “da reação descabida do governo”, o assunto teria ganhado “dimensão planetária”, com indagações acerca da democracia no país. O último caso parecido teria ocorrido “em 1970, no auge da ditadura” (Governo. Afasta de mim esse cálice, 19/5/2004). Diz que o presidente não admitia suposições desagradáveis a seu respeito porque teria se acostumado “com uma imprensa que está sempre a seu serviço, domesticada, oferecendo cumplicidade” (Diogo Mainardi. Abstinência da razão. 19/5/2004). É dito que

expulsar o jornalista americano usando uma lei do tempo da ditadura militar significa... no limite, o cerceamento à própria atividade profissional dos jornalistas brasileiros. Ao fazer isso, o governo avoca a si o direito de dizer quais são os assuntos que podem ser abordados e quais não. Sob esse ponto de vista, a cassação do visto de Larry Rohter nada mais é do que uma forma de censura (Carta ao leitor. O triunfo do erro. 19/5/2004).

A proposta do Conselho Federal de Jornalismo, que seria encarregado de “orientar, disciplinar e fiscalizar” a imprensa, seria “autoritária” e reafirmaria “a impressão de que o governo acha que deve – e pode – comandar todos os processos da sociedade, sem entender que o próprio mercado consumidor se encarrega de eliminar as publicações ruins e prestigiar as boas” (Governo. Muito além da crise, 11/8/2004). É dito que o projeto “representa o mais sério ataque à liberdade de expressão no Brasil desde o regime militar” e passava “a clara impressão de uma tentativa de ameaçar a imprensa”. A Fenaj indicaria a primeira diretoria do Conselho, mas “dos sete jornalistas que compunham a diretoria da entidade, apenas dois não eram filiados ao PT”. Além de criar códigos de conduta, o conselho ainda reservaria para si “a prerrogativa de resolver ‘os casos omissos na lei’”, com punições que poderiam “chegar à cassação do registro profissional”. O Conselho transformaria “jornalistas em propagandistas de governos”. O governo do PT, ainda, teria divulgado o rascunho de um decreto pelo qual os servidores seriam proibidos de falar à imprensa, querendo “controlar a imprensa pelas portas de entrada e saída, regulando o acesso dos jornalistas às fontes e examinando o que se publica”. O mesmo estaria acontecendo com a “chamada Lei da Mordaça”, que pretendia “punir os integrantes do Ministério Público que repassarem à imprensa informações sobre investigações ainda em curso”. Tratava-se “de uma forma de o governo proteger a si mesmo e evitar que a população do país tenha acesso a informações para tirar as próprias conclusões”, prática comum em ditaduras (Governo. O fantasma do autoritarismo, 9/2004).

É dito que “muitos dos batalhões liderados por Lula” estavam tentando “enquadrar a produção cultural do país com regras inventadas em Brasília” (Alvarenga. Monopólio da virtude, 18/9/2004). A Ancinav conteria “artigos claramente inconstitucionais”, que estabeleciam que “a liberdade de expressão, cláusula pétrea da Constituição Federal, passava a depender do humor de um burocrata da Ancinav” (Governo. O grande salto para trás, 26/1/2005). A Agência “daria ao governo controle sobre os meios de comunicação” (Cultura. Ministro em causa própria, 6/2006).

Os repórteres “que mostraram a participação de policiais federais em atos descritos pela revista como ‘uma operação abafa’ no escândalo da compra do dossiê” teriam sido “constrangidos nas dependências da Polícia Federal”. Este fato, o Conselho Federal de Jornalismo e a tentativa de expulsão do correspondente do *New York Times* poderiam ser vistos como “fruto de uma ação coordenada do governo do PT para controlar jornais, revistas e emissoras de televisão – e, por meio de tal controle, obstaculizar a missão da imprensa

de fiscalizar o poder”. O governo queria criar “um kolkhoz jornalístico onde seriam apascentadas dóceis vaquinhas de presépio do governo petista”. A nota oficial da revista diz que a inquirição dos repórteres não teria se dado “na qualidade de testemunhas, mas na de suspeitos”. Diz ainda que “foram cometidos abusos, constrangimentos e ameaças”. E conclui que

A estranheza dos fatos é potencializada pela crescente hostilidade ideológica aos meios de comunicação independentes, pelas agressões de militantes pagos pelo governo contra jornalistas em exercício de suas funções e, em especial, pela leniência com que esses fatos foram tratados pelas autoridades (Brasil. Nuvens escuras no horizonte, 8/11/2006).

Traz uma série de manifestações de repúdio contra “as ilegalidades impostas aos jornalistas de *Veja* nas dependências da Polícia Federal”. A intenção do policial seria “a de, ao feitio das ditaduras, enviar um ‘recado’ aos responsáveis pelo semanário” (Editorial do jornal *Folha de S. Paulo*). Segundo opinião do Senador Jorge Bornhausen, presidente do PFL, “mostra o objetivo de dar continuidade a um projeto de poder antidemocrático e incompatível com a história, as necessidades e os sonhos do povo brasileiro” (A sociedade reage, 8/11/2006).

Conclusões

No que diz respeito à tese da futilidade, oposição (com 14,28% dos pronunciamentos) e mídia (com 10,42% dos textos) a utilizam de maneiras diferentes. Enquanto a oposição dizia que o Fome Zero e o Bolsa Família nada mais eram do que a unificação dos programas de FHC, a mídia dizia que o Fome Zero era somente publicidade. O mesmo ocorre com a tese da perversidade. A oposição (com 23,21% dos pronunciamentos) dizia que Bolsa Família colocou fora conquistas do governo anterior, gastava muito com a administração, teria tido dinheiro desviado e não haveria controle sobre quem o recebia. A mídia (com 22,92% dos textos) dizia que o Bolsa Família levava à acomodação e à preguiça. Falava também na política de cotas, que formaria profissionais inaptos, deixaria de fora alunos mais qualificados, levaria a uma inevitável queda do nível do ensino, além de tratar brancos e negros de forma desigual, incitando o ódio racial e legalizando a discriminação, desde que beneficiasse o negro.

Quanto à tese da ameaça, mídia (com 66,66% dos textos) e oposição (com 64,28% dos pronunciamentos) têm discursos bastante afinados. A diferença é que a mídia tratou com mais destaque da suposta ameaça do

Executivo à liberdade de expressão e dos meios de comunicação (41,66% dos textos), por ser diretamente envolvida, enquanto o discurso da oposição tratou mais da ameaça provinda dos movimentos sociais (35,71% dos pronunciamentos). Esta viria do fato de que o governo era omissivo, não cumpria a lei que assegura o direito de propriedade privada, não punia o MST, não assegurava a ordem, fazia críticas apenas protocolares ao movimento e financiava o movimento. Além disso, teria dado a ele o comando do Inbra e Ministério do Desenvolvimento Agrário. A ligação entre o MST e PT seria tamanha que aquele possuía integrantes da Executiva Nacional deste. Tudo isso faria com que o produtor parasse de produzir e os investidores não confiassem no Brasil

Sobre a ameaça à liberdade de expressão e aos meios de comunicação, disseram que o governo poderia cassar o direito dos jornalistas de exercer a profissão, que ele queria censurar, “amordaçar”, controlar a imprensa e a produção cultural em geral, torná-las oficiais, transformando o jornalismo investigativo em propaganda do governo, para que só se falasse do que o agradava. Este governo não conseguiria conviver com a crítica e intimidaria repórteres para impedir denúncias, para que a imprensa não pudesse fiscalizar o poder. Isto tudo acontecia em ditaduras, de modo que as instituições brasileiras estariam sendo questionadas.

Assim, mídia e oposição, no que diz respeito à tese predominante nos dois tipos de discursos, a tese da ameaça, utilizam os mesmos argumentos, possuindo um discurso afinado em que, por vezes, citam o discurso do outro como fonte. Quanto às outras teses, no entanto, os partidos de oposição e a mídia utilizam argumentos diferentes, mostrando que, mesmo quando têm posições igualmente contrárias às políticas do governo, possuem um discurso relativamente autônomo. Isto porque se a mídia assumisse o discurso da oposição deixaria de simplesmente fazer oposição ao governo Lula para se tornar realmente partidária, e a oposição se assumisse o discurso da mídia deixaria de defender as conquistas anteriores do governo dos seus partidos.

Estas conclusões mostram que há um papel que é exclusivo dos partidos políticos, um papel que a mídia não substitui. Neste caso, o papel da defesa explícita de políticas de governos anteriores. Schmitt e Hølemberg (1995, p. 123), por exemplo, dizem que os “conflitos políticos são a *razão de ser*, a vitalidade, para os partidos políticos”, e que por isso, está mais na mão dos próprios partidos “do que qualquer processo anônimo de mudança socio-estrutural” o seu futuro. Ou seja, enquanto os partidos políticos forçarem uma polarização, seu lugar estará garantido.

Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso de; DIAS, Marcia Ribeiro. Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil. *Civitas*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 309-326, dez. 2002.
- ALDÉ, Alessandra. *A construção da política: cidadão comum, mídia e atitude política*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2001.
- CARREIRÃO, Yan de S.; KINZO, Maria D’Alva G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). *Dados*, v. 47, n. 1, p. 131-167, 2004
- BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs, 2000.
- BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 147-168, 2005.
- DEBRUN, Michel. *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DIAS, Marcia Ribeiro. Projeção da imagem partidária nas estratégias de campanha na televisão: uma análise do HGPE 2002. *Dados*, v. 48, n. 1, p. 149-187, 2005.
- DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- LIMA, Venício A. de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, p. 5-34, 1995.
- MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.
- MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: Senzala, 1979.
- NICOLAU, Jairo. Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). *Dados*. v. 43, n. 4, p. 709-735, 2000.
- SCHMITT, Hermann; HOLMBERG, Sören. Political parties in decline? In: KLINGEMANN, Hans Dieter; FUCHS, Dieter. *Citizens and the state*. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 95-133.
- SINGER, André Vitor. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 2002.

Recebido em: 17 mar. 2008

Aprovado em: 16 set. 2008